





Ofício N° 349/2024 - GAB - SEMEC

Abaetetuba, 01 de julho de 2024.

A Secretaria Municipal de Administração Departamento de Licitações

Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2021

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA EMEIF ACENDENDO AS LUZES CEPAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA, POR MAIS 12 (DOZES) MESES.

Termo de Contrato nº 2021/130

Assunto: Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência Contratual

Senhor Presidente,

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, no uso das atribuições que lhe conferem o cargo, vem por meio do presente,

Considerando existência do *Termo de Contrato nº 2021/130* oriundo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº Nº 028/2021, o qual tem por objeto a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA EMEIF ACENDENDO AS LUZES CEPAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA, POR MAIS 12 (DOZES) MESES.** 

**Considerando** o término da Vigência do último aditivo contratual e a anuência do Locador:

**Considerando** que nos contratos celebrados pela Administração Pública pode-se falar em prorrogação por acordo entre as partes, se a situação fática enquadrar-se em uma das hipóteses dos incisos do art. 57, caput ou dos incisos do §1º, também desse artigo.

Assim, a prorrogação de prazo deve resultar do consenso entre as partes contratantes, ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade







competente para celebrar o contrato, consoante, para estas duas exigências, determina o §2º do art. 57 da Lei das Licitações e Contratos.

O Tribunal de Contas da União, conforme a sua jurisprudência (Decisão nº 473/1999 - Plenário) determina a observância do disposto no art. 57, inciso II, da lei nº 8.666, de 1993, somente se permitindo prorrogação de contratos de prestação de serviços executados de forma contínua por iguais e sucessivos períodos, desde que sejam obtidos preços e condições mais vantajosas para a Administração, o que aqui se observa.

Quanto à possibilidade de prorrogação, tendo em vista a previsibilidade encartada na cláusula quarta do contrato, faz-se possível. A indagação de ser ou não um serviço contínuo é tênue; todavia, diante da ausência de prédios próprios da Secretaria Municipal de Educação no município e a necessidade de continuidade dos serviços, parece ser válida a prorrogação.

Ademais, as instalações e localidade do imóvel continuam a atender a necessidade da Secretaria, sendo compatível com o valor de mercado.

Portanto, pelas razões acima expostas, requer-se a aplicação à presente locação o mandamento contido no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, em que os contratos que têm por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para esta Secretaria.

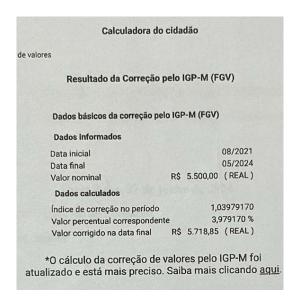
Verifica-se que que a solicitação por parte da contratada veio apresentando em anexo a Correção de IGP-M (FGV) para finalidade de reajuste do valor de locação.

Nesse diapasão, pode-se observar que o valor proposto fora calculado através do índice em questão e apresentou a variação 3,97%, incidente no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), estando o valor reajustado em R\$ 5.718,85 (Cinco mil, setecentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos) mensais, estando o aditivo, para execução de 12 (doze) meses, no valor total de R\$ 68.626,20 (Sessenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos.

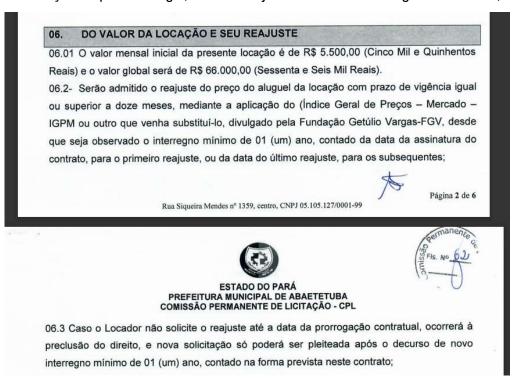








Em relação ao previsto legal, verifica-se junto ao contrato a seguinte cláusula;



Mediante os dispositivos expostos vem-se a **REQUERER** a abertura de processo administrativo para avaliação da continuidade do Objeto contratado, com a necessária **PRORROGAÇÃO DE PRAZO 12 (Dez) meses**, pactuado por meio de **Aditivo**, bem como o







Reajuste pretendido de R\$ 5.718,85 (Cinco mil, setecentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos) mensais, estando o aditivo, para execução de 12 (doze) meses, no valor total de R\$ 68.626,20 (Sessenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos conforme solicitação por meio de Apostilamento.

Atenciosamente,

JEFFERSON FELGUEIRAS DE CARVALHO Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto Decreto n° 12/2021.